



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0004364-15.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Mandado de Segurança - Aposentadoria**
 Requerente: **Leila Terezinha Belem**
 Requerido: **Dirigente de Ensino da Região de São Carlos e outros**

CONCLUSÃO

Em 24 de outubro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr^a. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

LEILA TEREZINHA BELEM impetra mandado de segurança contra (cf. emenda de fls. 28/30) a DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO e a DIRETORA DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LUDGERO BRAGA. Solicitou a aposentadoria comum, junto à Administração Pública, mas recebeu, por engano, a aposentadoria especial. Posteriormente, foi comunicada de que em razão de erro nas concessões de aposentadoria especial teria que retornar imediatamente às suas atividades. Todavia, faz jus à aposentadoria comum. Tem direito líquido e certo. Ao final, pugna pela sua imediata aposentadoria.

A liminar foi negada.

Uma das autoridades impetradas prestou informações (fls. 48).

É O RELATÓRIO.

O *mandamus* deve ser denegado, uma vez que não instruído com prova pré-constituída do direito líquido e certo alegado.

Às fls. 49/50 a primeira autoridade impetrada trouxe aos autos documento comprovando que a impetrante havia solicitado a aposentadoria especial, e não comum (ainda que também fizesse jus a esta).

O erro deve ser imputado a quem requereu, ou seja, a impetrante.

Assim, deve a impetrante solucionar a questão administrativamente, provocando a Administração Pública a efetuar a Contagem do Tempo, desta feita, segundo a legislação da aposentadoria comum, e, depois, obtendo a aposentadoria pretendida, não podendo o Judiciário substituir-se à Administração sem necessidade.

Sob outro giro, também não vieram aos autos documentos comprobatórios de atendimento, pela impetrante, de todos os requisitos legais para a concessão da aposentadoria comum. O documento de fls. 19 não se presta a tanto pois tinha por objeto o recebimento de ATS, e a impetrante sequer demonstrou que a contagem do tempo de serviço se dê segundo os mesmos critérios, em ambos os casos.

Ao final, insta salientar que a impetrante não comprovou, sequer, que havia sido contemplada com a Aposentadoria Especial, como alega na inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

É que não trouxe o inteiro teor do ato a que se refere a lista de fls. 20, 22, admitindo-se então a possibilidade de que, como alega a impetrada, não houve aposentadoria especial e sim, tão-somente, a Contagem do Tempo para a aposentadoria especial.

Ante o exposto, DENEGO a segurança.

Sem honorários no writ.

São Carlos, 16 de dezembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

DATA.

Em ____ de dezembro de 2013, recebi estes autos com o r. despacho/sentença supra. Eu, _____, Esc. Subscrevi.